LUÍS FURTADO, PRESIDENTE DA SECÇÃO REGIONAL DA OE

Contratação de enfermeiros não é despesa mas retorno

Luís Furtado (OE) espera que até 2017 o Governo Regional dote os hospitais e centros de saúde da Região de mais 200 a 250 enfermeiros. O envelhecimento da população aumenta as necessidades.

FOI ELEITO RECENTEMENTE PRESIDENTE DA SECÇÃO REGIONAL DA ORDEM DOS ENFERMEIROS NOS AÇORES. QUE COMPROMISSOS ASSUMIU PARA ESTE MANDATO?

Os compromissos por mim assumidos são, em primeiro lugar, aqueles que dizem respeito ao espectro de intervenção da Ordem dos Enfermeiros e, muito particularmente, aos que se inserem no âmbito das competências específicas de uma secção regional, não esquecendo a particularidade de estarmos implantados numa Região Autónoma. De um modo geral, a nossa intervenção, organizada em cinco eixos fundamentais, está dirigida à promoção da visibilidade da profissão, à qualidade e segurança dos cuidados de enfermagem, ao desenvolvimento técnico e científico da profissão, à sua vertente ética e profissional e à eficiência interna e comunicação externa. Deste modo, temos medidas que nos permitem intervir diretamente junto dos enfermeiros, junto do cidadão (razão de existir da profissão), mas também na vertente política, junto do Governo dos Açores, assim como das forças políticas que desenvolvem a sua atividade. Queremos contribuir e ser parte da solução, nunca do problema.



LUÍS FURTADO Novo presidente da secção regional dos Açores da OE

UM ESTUDO REALIZADO PELA ORDEM INDICA QUE OS HOSPITAIS E CENTROS DE SAÚDE DOS AÇORES TÊM FALTA DE 200 A 250 ENFERMEIROS. EM QUE ILHAS E EM QUE SERVIÇOS EXISTEM MAIORES CARÊNCIAS?

A este propósito, importa dizer que o levantamento realizado, para além de exaustivo e rigoroso, bebeu da informação disponibilizada pelas próprias instituições. Este trabalho, parte integrante de uma iniciativa com um sentido bem mais profundo do que numa primeira interpretação se possa considerar, e que foi o acordo de cooperação celebrado entre a Secção Regional da Região Autónoma dos Açores e a Secretaria Regional da Saúde, reconhece a importância de um trabalho sério e concertado entre a tutela e a regulação. Foram identificados contextos com carências estruturais de enfermeiros que colocam uma imensa pressão sobre os profissionais naquilo que é a necessidade de dar resposta a todas as necessidades dos utentes em tempo útil e com a segurança e qualidade necessárias. São exemplos disto as Unidades de Saúde das Ilhas Graciosa, Flores, Pico e São Miguel (nestas Unidades, existe grande variabilidade em termos das necessidades entre centros de saúde); também no Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada foram identificadas necessidades muito relevantes de profissionais de enfermagem.

A ORDEM TEM GARANTIAS DO GOVERNO REGIONAL DE QUE ESSAS NECESSIDADES SERÃO SUPRIDAS? ATÉ QUANDO JULGA QUE SERÁ POSSÍVEL DOTAR HOSPITAIS E CENTROS DE SAÚDE DESTES RECURSOS?
Existe um acordo firmado entre a Secção Regional da Região Autónoma dos Açores e a Secretaria Regional da Saúde; existem inúmeras declarações públicas da parte da tutela que vão no sentido de uma resposta positiva relativamente à dotação dos serviços. Em termos do timing para que isto se verifique, a Secção está a compilar a informação remanescente em falta para a remeter à tutela e, confesso, ficaríamos muito agradados que até final de 2017, apesar de este ser um ano de eleições legislativas regionais, uma parte muito significativa destas necessidades, se não mesmo todas, já se encontrassem suprimidas.

HÁ CUIDADOS QUE PODERÃO ESTAR A SER AFETADOS PELA FALTA DE ENFERMEIROS OU SÃO ASSEGURADOS À CONTA DAS HORAS EXTRAORDINÁRIAS?
Infelizmente a falta de efetivos nos contextos de prática acaba, invariavelmente, por afetar os cuidados prestados. A falta de enfermeiros esmaga a qualidade que os enfermeiros gostam de emprestar aos cuidados que prestam às populações, situação que só não é mais gravosa porque existe brio profissional que chegue para resistir às condições em que muitos exercem. A escassez de enfermeiros também é uma condição muito relevante para a redução da segurança com que se prestam cuidados, já que o cansaço ou um rácio de utentes por enfermeiro anormalmente elevado colocam em risco a sua capacidade de resposta às necessidades em cuidados de saúde que são requeridas pelos utentes. O recurso a trabalho extraordinário é algo absolutamente anacrónico. Como se pode conceber o recurso ao trabalho extraordinário, quando existem enfermeiros à espera de uma primeira oportunidade de emprego? Se todos os outros argumentos não foram considerados, ao menos considerem o facto desta solução ser, de longe, mais onerosa para o Serviço Regional de Saúde e mais arriscada para os seus utentes.

TEMOS ASSISTIDO EM PORTUGAL E TAMBÉM NOS AÇORES À SAÍDA DE MUITOS JOVENS FORMADOS EM ENFERMAGEM PARA TRABALHAREM NOUTROS PAÍSES, QUE OFERECEM ORDENADOS MAIS ATRATIVOS E MELHORES CONDIÇÕES DE ESTABILIDADE. PODEMOS CORRER O RISCO DE TER FALTA DE PESSOAL QUALIFICADO, DENTRO DE ALGUNS ANOS?
A médio e longo prazo corremos esse risco. Se o mercado de trabalho continuar, por opção, a não absorver os enfermeiros que se vão formando, também o ensino superior deixará de ter interesse em manter cursos de licenciatura em Enfermagem abertos, o que se traduzirá num decréscimo do número de enfermeiros disponíveis para o mercado. Se numa primeira fase isto parece irrelevante, olhando num horizonte temporal de médio e longo prazo, o encerramento de cursos/escolas de Enfermagem representa também a perda de conhecimento científico produzido e do know-how acumulado ao longo de décadas. Outra questão importante, e que se relacionada com as tendências demográficas globais, não sendo exceção Portugal e os Açores, é que com o envelhecimento da população emergem necessidades em cuidados de saúde cuja satisfação passa pelo reforço do número de enfermeiros, uma vez que são focos da intervenção destes profissionais. Creio que é tempo de deixar de olhar para os enfermeiros como despesa e começar a encará-los como retorno.

HÁ UMA LUTA DOS ENFERMEIROS PARA QUE O SEU HORÁRIO DE TRABALHO SEJA REDUZIDO PARA AS 35 HORAS SEMANAIS. ACREDITA QUE SERÁ UMA BATALHA GANHA? ISSO NÃO VAI OBRIGAR TAMBÉM À CONTRATAÇÃO DE MAIS PROFISSIONAIS?
Uma redução na carga horária de trabalho vai gerar, claramente, necessidade de contratação de enfermeiros. Teremos enfermeiros menos sobrecarregados, teremos mais enfermeiros e teremos um grupo profissional que verá reconhecido, de alguma forma, a penosidade da sua atividade. Permita-me, porém, que reflita, mais do que na questão das 35 horas semanais, no facto de termos enfermeiros a exercer ao abrigo de diversos regimes, enfermeiros que são tratados de forma diferente pelos empregadores (e estou a falar do empregador público), enfermeiros sem perspetiva de uma carreira e sem qualquer vislumbre de progressão, enfermeiros que para os cortes são considerados administração pública, mas que em outras matérias não o são. Não me querendo imiscuir numa área que não é a da intervenção da Ordem dos Enfermeiros, não posso deixar de considerar este facto como atentatório da dignidade do exercício da profissão, pelo que quero deixar, no respeito da esfera de intervenção de cada organização, a minha inteira disponibilidade em unir esforços na defesa deste grupo profissional.



SAÚDE Graciosa, Flores, Pico e São Miguel são as ilhas com maiores carências de enfermeiros

Região precisa de mais 200 enfermeiros

Faltam enfermeiros

Um levantamento feito pelo Ordem dos Enfermeiros indica que são necessários mais 200 a 250 profissionais na Região. Luís Furtado, presidente da secção regional da OE, espera que até 2017 o Governo Regional suprima estas necessidades. **[02 e 03]**